

Energia e Nação: o Petróleo como Mito no Nacionalismo Iraniano

José Alexandre Altahyde Hage

Resumo

Neste artigo temos o objetivo de analisar em que medida a política nacionalista iraniana, centrada no petróleo, ajudou a fundamentar uma ideia de nação em 1952, por meio de mito de unidade nacional, no momento em que o Irã procurava reafirmação nacional frente às antigas potências europeias que ainda mantinham largos interesses no Oriente Médio. Para tanto, utilizamos a literatura histórica e analítica devotada ao tema, bem como de suporte de outros conhecimentos, como os de sociologia.

Palavras-Chave: Nacionalismo; Oriente Médio; Geopolítica do Petróleo.

Energy and Nation: The Petroleum as Myth in the Iranian Nationalism

Abstract

In the article we have the goal of to analyze in which measure the nationalist politics Iranian centred on petroleum helped to substantiate an idea of nation in 1952, through the myth of nation unity, at the moment when the Iran looked for nation affirmation towards the old european powers that still kept great interests in the Middle East. Therefore, we use the historical and analytical literature devoted to the matter likewise those of support of other knowledges, as those of the sociology.

Keywords: Nationalism; Middle East; Geopolitics of Petroleum.

Nación y Nacionalismo: El Petróleo como Mito en el Nacionalismo Iraní

Resumen

Em este artículo nuestro objeto es analizar en qué medida la política nacionalista de Irán, centrada en el petróleo, ayudó a fundamentar una idea de nación en 1952 a través del mito de la unidad nacional, en un momento que Irán buscaba la reafirmación nacional ante las viejas potencias europeas que todavía tenían amplios intereses en Oriente Medio. Para esto, utilizamos la literatura histórica y analítica dedicada al tema, así como para apoyar otros conocimientos, como la sociología.

Palabras-Clave: Nacionalismo; Oriente Medio; Geopolítica del Petróleo.

Introdução

De início, se o mito pode ser compreendido como procedimento mental em sociedades arcaicas e históricas, e utilizado, dentre outras coisas, para manipulação de várias ordens, imagens e procedimentos, podemos dizer que a aproximação entre mito e política é evidente e torna-se natural nas sociedades

contemporâneas, aquelas de massa, democráticas ou não, em que a “vontade do povo” é instrumental para os governantes (FIKER, 1984). Por isso, se essa premissa for válida para o nosso assunto, quais características de mito teriam o petróleo na vinculação política de um Estado como o Irã?

O historiador do petróleo do século XX, Daniel Yergin (1994), opina que este energético é composto por 10% de economia e 90% de política. O petróleo não é uma *commodity* comum nas relações internacionais ou no cotidiano econômico dos Estados; a maneira como é utilizado pode promover o progresso técnico, bem como bloquear o crescimento econômico, caso venha a faltar em grande quantidade.

Afirmar que o petróleo é composto por 90% de atividade política, significa dizer que a matéria-prima é passível de conflitos de toda ordem. Não seria difícil perceber que vários embates, armados e/ou diplomáticos, tiveram como causa a disputa pelo petróleo e o controle de sua utilização para fins de obtenção de poder em um sistema em si conflituoso.

A preeminência que os hidrocarbonetos, petróleo em primeiro grau, ganharam no decorrer do século XX não é sem propósito. Afinal, o modelo de conformação econômica que perdura desde o século passado é promovido pelo uso constante de petróleo e, em patamar um pouco inferior, de carvão mineral e de gás natural. Vale dizer que sem os bens energéticos não haveria a moderna sociedade capitalista com suas divisões e características.

Não seria equivocados afirmar que a configuração econômica do atual sistema internacional é baseada no desperdício de matérias-primas e no consumo de massa (FURTADO, 1991). Nesse ponto, há um imbróglio que econômica e politicamente é de difícil resolução, pois é justamente pelas duas premissas ajuizadas pelo economista brasileiro Celso Furtado, que se permite aquilo que é mais desejável até o momento: o pleno emprego e a manutenção a baixo preço dos produtos industrializados.

Eis uma “lei de ouro” dos modernos Estados do Hemisfério Norte, em especial da tríade Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Ainda que tais unidades políticas passem por problemas econômicos e sociais de vários graus, desde a primeira crise de energia de 1973, não há como dizer que debelar o desemprego deixou de ser de objetivo importante daqueles governos nacionais (GOWAN, 2003).

Enfim, energia é poder. Isso vale para a política internacional, entre as grandes potências e para todos os demais Estados que procuram melhorar a economia doméstica e abrir espaço no sistema interestatal por meio de um jogo movimentado por acordos, conflitos e guerras.

Se for necessário citar um país em que o petróleo fora bastante politizado, para fins de unificação nacional e de afirmação frente às potências ocidentais, o Irã de 1952 deve ganhar destaque. O nacionalismo iraniano, que usou o óleo para seus propósitos, adquiriu tamanha proporção a ponto de provocar o envolvimento de Estados Unidos e União Soviética. Washington se preocupava que a elevação do conflito não jogasse o Estado asiático em guerra contra a Grã-Bretanha, proprietária do petróleo iraniano. Moscou não deixou de aproveitar a possibilidade de ascender seu poder sobre uma área considerada estratégica desde o período czarista. Em outros termos, desde o *Grande Jogo* que marcara as relações políticas entre os Impérios russo e britânico pelo domínio da Ásia Central, que a região que costumamos denominar como *crescente insular* do *Heartland* mackinderiano é considerada estratégica pelas grandes potências globais.

Quanto aos Estados periféricos do Hemisfério Sul, a geopolítica energética difere quantitativa e qualitativamente daquele das potências mais industrializadas. O petróleo aparece como componente para a formação de políticas nacionalistas dos anos 1930 a 1960, voltadas à afirmação nacional, como as lutas de descolonização das jovens nações da África e Ásia. Nesse aspecto, o petróleo não foi apenas um bem intercambiável economicamente, ele fora um símbolo, um mito que unificaria politicamente as sociedades nacionais nascentes.

Havia uma *vontade nacional* em fazer do petróleo meio de construção do Estado e sua promoção na política internacional de modo autônomo em face das ex-metrópoles europeias. Assim, o que seria válido para Egito ou Irã, por exemplo, não deixaria de ser também para o Brasil dos anos 1930 a 1950. O Brasil, que à época não passava de importador de óleo, planejou uma política energética que tivesse o fito de buscar autossuficiência por meio da criação de empresa estatal.

Na primeira parte deste ensaio apresentaremos o conceito de mito e seu uso na evolução do nacionalismo. Na segunda, exporemos alguns pontos

sobre o nacionalismo petrolífero do Irã dos anos 1950. Nossa metodologia é a histórico-analítica. A literatura sobre história da política energética e da história da política internacional está presente neste texto, com autores referenciais como Daniel Yergin, Daniel Hemery e outros. Da mesma forma, não podemos deixar de citar conceitos emprestados da sociologia, mesmo que de modo superficial, para dar coerência ao nosso objetivo.

É congruente explicarmos que não temos condições, nem é nosso propósito, de esgotar o assunto proposto. Nosso fito é tão somente contribuir com um tema que pensamos ser de interesse acadêmico dos estudiosos de história da política externa brasileira e de política energética. Se este ensaio servir para crítica de trabalhos posteriores já nos daremos por satisfeito.

Mito e Nacionalismo

No processo de sedimentação do nacionalismo, o mito é amplamente presente à partir da Era Moderna, em que teve início os modernos Estados territoriais. Aliás, seria apressado dizer que há nacionalismo sem mito. Criado espontaneamente de modo popular ou instrumentalizado por elites culturais e políticas, o mito é utilizado como instrumento de aglutinação social. Sua presença é encontrada ao longo da história.

Os mitos fundadores da nação são considerados, às vezes, sob véu hagiológico em torno de líderes políticos e militares, figuras proeminentes que despontaram nas guerras de libertação ou revoluções nacionalistas. Assim aparecem os *founding fathers* na independência dos Estados Unidos, Simon Bolívar na Venezuela ou o general San Martin na Argentina.

São figuras emblemáticas sob as quais se concebem histórias nacionais, homens virtuosos em que as falhas morais são compensadas por suas boas obras em prol de um ideal. No mesmo diapasão, podemos dizer que igualmente torna-se mito a “greve geral” feita por proletários mobilizados pelo sindicato revolucionário, como vê Georges Sorel, na militância mobilizada para instaurar a sociedade socialista. O mito não é um objetivo obrigatoriamente metafísico ou inalcançável; é um guia para a ação em meio à morosidade dos debates parlamentares ou da paralisia da burocracia de toda ordem (SOREL, 1993).

O mito também pode aparecer na procura para se valorizar determinada cultura nacional de cunho popular. Nos séculos XVIII e XIX o empenho do chamado *romantismo alemão* tencionou resguardar a cultura popular, de fundo rural, das sociedades de língua alemã para que não fosse descaracterizada pelos fluxos incontornáveis do Iluminismo francês, que também servira de força ideológica sob o prisma do cosmopolitismo e sua mensagem política que ganhava azo com Napoleão Bonaparte (LEITE, 1983).

A valorização da concepção de mundo contida nas coisas simples expressadas na língua do povo, nesse caso o alemão, foi primordial para autores como Wolfgang Goethe e Johan von Herder. Música, literatura e ciência feitas em alemão, serviram de base para a concepção de Estado na Unificação de 1871. E todos esses elementos aparecem, no mesmo ano, também na unificação italiana a partir da interpretação de Giuseppe Mazzini e do conde de Cavour daquilo que vinha a ser a Itália como unidade política.

Nos estudos de relações internacionais não é desconhecida a análise sobre o mito. Karl Deutsch não ignora que o mito, ou algo análogo, está presente na formação das nacionalidades, seja por meio da cultura ou da religião cristã ou islâmica. Até o marxismo soviético ganhara coloração de mito sob a máxima de que a paz e o progresso apareceriam à medida que o mundo compreendesse as boas intenções da nova crença (DEUTSCH, 1978).

O que está em voga nesse pensamento é o impacto do discurso político para mobilizar as massas ou conservar posições políticas em benefício de alguma ideologia ou grupo historicamente estabelecido em situação de comando.¹ Por causa disso é lícito dizer que o mito também é componente da hegemonização ou universalização de valores históricos:

A tradição é invocada na esperança de sua continuidade (...) a evocação do grande homem é um argumento de autoridade em favor dessa ou daquela proposta. O discurso político, afinal, sempre expõe uma representação do futuro. Ao propor a alteração ou a permanência de práticas e instituições sociais, ele projeta a imagem da sociedade que advirá. A reflexão sobre o passado (e o presente) (*parênteses do autor*) é necessária, mas na medida em que crise um sentido apropriado a justificar essa projeção. (MIGUEL, 1997, n.d.).

¹Max Weber (1982) percebe esse aspecto quando analisa os fatores que dão origem aos Estados europeus contemporâneos, como a filiação do povo às tradições e idioma do grupo dominante do território em questão.

Nesse feito, denominar um Estado de “nacional”, como parte substancial do sistema interestatal, pode ser mito, uma vez que por nacional se entende o grupo ou etnia dominante naquele território estatal. É o caso do Reino Unido, da Rússia e tantos outros. Na verdade poucos Estados poderiam se apresentar como realmente nacionais. Mas o que importa é a transmissão da ideia de unidade em torno de um centro coeso.

Mencionamos que o nacionalismo se vale de valores, tradições, deuses, para obter a coesão social. Cumpre dizer, coesão social (mobilização política) que será capitalizada pelo líder político ou elite governamental. E podemos adicionar que, ao depender do momento histórico-político, o petróleo tem sido usado como instrumento de ação em prol de determinados programas governamentais.

O Oriente Médio tem sido arena de acontecimentos onde o petróleo desponta como fator de disputa e transformação político-econômica. Por meio da politização dos hidrocarbonetos, partidos nacionalistas, algumas vezes vinculados às forças armadas, ou líderes em busca de apoio popular, procuraram afirmação nacional frente às potências europeias e/ou aos Estados Unidos desde a Guerra Fria.

Exemplos mais bem notados são encontrados no Irã de 1952, e no Egito de 1956, mesmo sendo este último pobre em óleo, visto que sua produção é mais que medíocre. Ao utilizarem o petróleo para fins de autonomia, os dois Estados realizaram amplos movimentos de contestação ao colonialismo britânico e suas expressões empresariais, as petroleiras, que em *joint venture* organizavam-se sob o apelido de *Sete Irmãos* do ramo petrolífero, com direitos de exploração naquela área do globo.

O que ocorreu no Irã nos anos 1950 ganhou proporções ampliadas pela agitação da Guerra Fria. Mas também foi produto dos processos de nacionalizações desencadeados em alguns países do continente americano: México, Bolívia e Argentina, no curto período entre 1937 e 1938, procuraram romper o relacionamento econômico com petroleiras internacionais; fato este que também as colocou em conflito diplomático com as potências industrializadas.

Avaliar se a politização em alto grau do petróleo fora suficiente para resolver problemas econômicos desses Estados não é questão primordial

neste ensaio, e talvez nem mesmo o fosse para os dirigentes desses Estados produtores. Nossa proposta é saber como os hidrocarbonetos foram úteis para fomentar a coesão social e, em outro nível, embasarem políticas autonomistas frente às grandes potências do momento.²

Seria lícito dizer que, para o raciocínio geopolítico, a figura do mito enquanto configuração ideológica seria relevante. Senão, vejamos a feição que a política soviética deu ao mito por ela engradecido no qual suas forças seriam as guardiãs dos povos em luta pela libertação nacional contra a opressão ocidental e para assegurar a paz mundial. No começo dos anos 1940, entrando na guerra contra o Eixo, o estadunidense Nicholas Spykman (1976) apontava o perigo da ideologia nazista e do mito da superioridade ariana, para a segurança dos Estados Unidos e do liberalismo.

Por isso, não causa estranheza constatar que o mito nacionalista utilizasse o petróleo nos Estados do Terceiro Mundo para fins geopolíticos ou qualquer outra meta do interesse da elite política nacional do momento. Falamos do petróleo porque é o assunto em pauta, mas poderia ser outro vetor de aglutinação, por exemplo, a ideia de que os interesses nacionais brasileiros seriam mais bem verificados com o advento da integração regional (PINHEIRO, 2000).

O Mito do Petróleo no Iraniano

Uma determinada questão se transforma em mito, com poder de mobilização política e social, se apresentar alguma ligação com a realidade, de ser passível de reconhecimento pelo setor sobre o qual tenciona mobilizar. Um mito não se baseia somente na imaginação, desligada da vida. Os hidrocarbonetos, notadamente o petróleo, guardam tal particularidade por ser o principal elemento energético desde o início do século XX, ainda que vários insumos tenham sido experimentados para diminuir sua preeminência.

²Na economia heterodoxa é mito o debate que prega a eficiência do livre mercado para fazer a alocação ótima dos recursos e promover concorrência que resulta nos baixos preços (MIGUEL, 1997). Nesse raciocínio podemos dizer que também se torna mito o argumento de que a nacionalização dos bens energéticos traria, obrigatoriamente, progressos econômicos para toda a população. Tanto um como o outro sistema são modelos que julgam melhor suas inspirações para programas de governo.

Mais do que isso, esse é o insumo sob o qual se articula a economia internacional e a sociedade do consumo (por que não do conforto?) e da economia de massa, em outras palavras, o petróleo é responsável pelo barateamento dos produtos industrializados em boa parte do globo. Como asseveram Daniel Hemery et alii, o petróleo é a matéria-prima que desde a segunda revolução tecnológica dos 1900, tem sido parte dos itens que fazem os Estados do Hemisfério Norte serem grandes potências, apesar de sua distribuição desigual:

(...) todos os sistemas energéticos entraram em uma crise duradoura. As linhas energéticas dos países industrializados funcionam sob o duplo signo da dominação e da dependência: dominação financeira, comercial e tecnológica das grandes redes elétricas e petrolíferas 'estas sobretudo', que lhes permite moldar o consumo a seus próprios interesses; dependência em relação aos recursos petrolíferos e minerais, que devem ser buscados em outras regiões do mundo" (HEMERY et alii, 2007: 209).

A preeminência do petróleo na economia internacional e o interesse que atrai das grandes potências é percebido em todo o século XX, e com mais evidência nos anos 1950, por algumas razões. Primeira, por causa da reconstrução econômica após a Segunda Guerra em que havia necessidade de superávit de energia para a Europa Ocidental e Japão, visto que a produção petrolífera norte-americana já chegava ao pico e não podia assegurar o suprimento do *Velho Continente*. A segunda razão é a nacionalização das jazidas em boa parte dos países produtores, maximizando conflitos de todo tipo.

Além das duas razões mencionadas acima podemos lembrar que cabia aos Estados Unidos o abastecimento petrolífero da OTAN, para manter a segurança da Europa Ocidental e do Extremo Oriente, Japão e Coreia do Sul, (MELVIN e GOLD, 1981). Ao chegar no ponto máximo de sua produção do óleo cru na década de 1950, os Estados Unidos não mais teriam condições de assegurar seu suprimento interno e para os aliados do Tratado Atlântico.

Embates políticos que utilizaram o petróleo para fins de afirmação nacional inserem-se, em sua maior parte, na clivagem Norte-Sul, cujo ápice foi alcançado com o primeiro boicote de energia de 1973. Diretamente ou não, o hidrocarboneto marcou a cronologia da política internacional praticamente em

todo o século XX. A revolução camponesa na Bolívia, também em 1952, por exemplo, não fora feita sem levar em conta o papel do petróleo na afirmada riqueza desse vizinho (HAGE, 2007).

No mesmo aspecto, a nacionalização da Companhia do Canal de Suez, no Egito, pelo governo do coronel Nasser (ele já um mito da unidade árabe), em 1956, buscava também maximizar politicamente o petróleo, uma vez que praticamente toda a produção petrolífera do Golfo Pérsico direcionada à Europa era transportada por aquela passagem. Não é necessário frisar que o bloqueio dos navios petroleiros pelos árabes no Suez criou enorme comoção político-econômica na Europa Ocidental.³

Na procura de união popular contra as potências europeias, Nasser concebia a nacionalização do Suez como meio de angariar recursos que opinava serem reduzidos em virtude do controle anglo-francês daquela estratégica passagem. O dinheiro suficiente adviria do controle egípcio, que faria justiça histórica ao povo árabe. A modernização econômica do Egito inspirada no modelo de mais riqueza e mais progresso, dependeria daquele ato.

Cumprir dizer que aquilo que o governo nasserista fez em 1956 pode ser considerado o segundo tempo de um conflito, cujos efeitos também podem ser sentidos em todo o sistema internacional. Referimo-nos à nacionalização das jazidas petrolíferas pelo primeiro-ministro Mohammed Mossadegh, em 1952, no Irã, tirando-as das empresas europeias que faziam presença naquela parte da Ásia desde o começo do século XX.⁴

Para comentar o nacionalismo de Mossadegh tem de se levar em conta alguns pontos da situação política do país no começo dos anos 1950. De fato, não se pode dizer que o Irã tenha sido colônia de potências europeias ou que

³ Vários foram os desdobramentos da ação direta de Nasser: houve iniciativa militar conjunta entre Reino Unido, França e Israel para que o Egito reverteresse a nacionalização. Por causa disso, as Nações Unidas chamaram para si a tentativa de solucionar aquele conflito com envio de forças de paz. Contudo, a questão só foi resolvida com a intervenção diplomática dos Estados Unidos e da União Soviética, deixando claro que uma guerra pelo canal, naquelas circunstâncias, seria contraproducente para a balança mundial de poder, que contem certa racionalidade, conforme a visão clássica de Raymond Aron (ARON, 1986).

⁴ Embora seja assunto marginal ao tratado nestas páginas é conveniente frisar que havia no Egito, Síria, Irã, e mais um tanto de Estados do Terceiro Mundo, programas políticos nacionalistas e reformistas, de cunho militar, sobretudo no quesito anti-islâmico. Talvez o partido mais proeminente dessa época, presente na Síria e no Iraque, dos anos 1950 e 1960, seja o Baath, ausente no Egito, mas guardando semelhança com os ideários de Nasser.

ficou em suserania do poder britânico, caso do Egito até a Segunda Guerra Mundial, sobretudo por causa do controle do canal de Suez. Em todo caso, havia no Irã algo parecido com uma classe governante, representada pela dinastia dos Reza Khan, que procurava unificar política e culturalmente a antiga Pérsia (TORBAT, 2020).

O problema real do Irã seria de mobilizar *poder nacional* suficiente para fazer frente à Grã-Bretanha. Grosso modo, o poder nacional adviria de instituições que contribuíssem para que o Estado projetasse poder para evitar o controle externo; ou de outro modo, ter condições para efetuar uma política de equidistância entre as potências.

O Irã era assediado tanto pelos europeus ocidentais quanto pelos soviéticos. Relata Yergin (1994: 464): “(o governante da vez) precisa lutar contra a intervenção crônica das potências estrangeiras, bem como a pressão soviética direta sobre a integridade territorial do país e uma presença econômica britânica altamente perceptível”.

A situação política de Mossadegh se dificultava também por causa do excesso de encenação que fazia, não conseguindo ganhar a confiança de vários setores que compunham a sociedade iraniana, ou porque não era capaz de interpretar um papel mais condizente com a situação. Para os nacionalistas do parlamento o ministro era ativo e procurava concretizar sua maior realização, expulsar os britânicos do petróleo local. Mas para os líderes religiosos, mais ciosos do papel mundano da política, Mossadegh talvez fosse agente provocador do serviço secreto britânico para desgastar o Islamismo xiita.

Lidar com a desconfiança dos xeques de um lado e corresponder aos anseios nacionalistas, inclusive dos comunistas, e das forças armadas de outro lado, era função muito pesada para um homem que, apesar da espiritualidade e vigor intelectual, não tinha mais saúde para tanto em virtude da idade.

A questão se agravava por causa do boicote econômico imposto pela Grã-Bretanha contra o Irã, suspendendo as contas do governo nas praças financeiras internacionais - nos bancos de Londres e Nova York -, para que não

levasse à frente o propósito de nacionalizar o petróleo de capital estrangeiro. O Irã deveria aumentar sua crise por falta de dinheiro.⁵

Um contorno para sair do estrangulamento financeiro fora acenado pelo Banco Mundial que estudara fornecer empréstimos ao Irã, mas dentro de certas especificações. Uma das direções sugeridas pelo Banco seria a de não ignorar parte das reivindicações britânicas a respeito da nacionalização de sua maior planta petrolífera no mundo, justamente localizada no Irã: a refinaria de Abadam. Chegar a um acordo com Londres seria aceitar fazer pagamentos de indenização pelo ato de Mossadegh, mas este não aceitou (GHASIMI, 2011).

É congruente verificar que parte dos Estados do Terceiro Mundo tem em suas forças armadas instituições primordiais da independência. Não falamos isso pelo fato de que as forças armadas são as garantidoras da soberania por causa do poder bélico que possuem, pois isso já é subentendido. Nosso foco está no papel daquelas instituições como promotoras intelectuais e programática do avanço econômico sem o qual a independência seria apenas hipotética.

Nesse nível, Irã, Egito, Síria e boa parte dos países da América do Sul, foram influenciados pelos ideários desenvolvimentistas de seus exércitos nacionais. Pensamos que a percepção de Alexander Gerschenkron sobre o papel dos militares na economia da Rússia czarista e, momentaneamente, da União Soviética dos planos quinquenais, pode ser aplicada àqueles Estados. Escreve o autor: “movido por interesse militar, o Estado assumiu o papel de principal agente impulsionador do progresso da nação” (GERSCHENKRON, 2015: 80).

Em grande parte, o nacionalismo de Mossadegh no período de parlamentarismo democrático emerge por causa disso. Seu ministério tencionava montar razoável estrutura econômica para deixar o Irã, de fato, independente em meio ao sistema internacional, conformado sob disputas de toda ordem (SALAMATIAN, 2007). Assim, a nacionalização do petróleo entrara em pauta para promover a industrialização e o progresso econômico.

⁵De certa forma, o imbróglio percorrido por Mossadegh, em 1952, guardaria semelhança com o projeto de enriquecimento de urânio a 20% que tencionou fazer o governo de Mahmud Ahmadinejad em 2009. Em ambos os casos o que estava em conta era a busca de maior autonomia, e de poder nacional, nos assuntos internacionais e, em analogia ao ocorrido há mais de 60 anos, haveria também o problema dos aiatolás (TORBAT, 2020).

Dissemos acima que a politização da energia marcou a primeira parte do século XX, sobretudo na América Latina: México, Argentina e Bolívia, entre 1937 e 1938. Todavia, qual seria a diferença entre estes países e o Irã de 1952? Por que houve maior dramatização política no Estado asiático? Embora seja explicação de lugar-comum pensamos ser ela ainda válida. Dois são os motivos para tanto: primeiro, o Irã já se apresentava entre as três maiores reservas mundiais de petróleo; segundo, em razão disso, o país chamava mais a atenção das grandes potências e suas empresas.

Havia no Irã conveniente demonização de estrangeiros, principalmente de britânicos, visto como históricos usurpadores das riquezas nacionais por meio da petroleira estatal *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC) (YERGIN, 1994). Havia conveniência porque muitos eram os problemas administrativos no país, falta de integração regional, brigas religiosas, economia débil, imensas disputas partidárias, etc. Por isso, eleger a exploração do petróleo por estrangeiros como o maior os problemas ganhou rápida notoriedade, uma vez que os valores pagos pelos britânicos ao erário iraniano eram realmente aviltantes.⁶

Naquele tempo, dono de 40% da produção de óleo do Oriente Médio ampliado, Teerã não pensava outra coisa a não ser a retirada da AIOC do controle de Londres (YERGIN, 1994). No âmbito da Guerra Fria a situação tornara-se mais instável por causa dos efeitos prejudiciais que a estratégia iraniana produzia nas potências ocidentais. A posição britânica fora considerada colonialista ao não perceber a mudança dos tempos, mais liberais. Os Estados Unidos temiam que a renitência do tradicional aliado impulsionasse o Irã a procurar apoio da União Soviética, transtornando mais ainda a balança de poder.

O nacionalismo de Mossadegh chegava a tanto ou seria jogo de cena para sobressair às disputas no Irã? Em período democrático o primeiro-ministro nutria gosto pelo autoritarismo e pela centralização do poder. Queria mesmo nacionalizar a AIOC e quais seriam as razões, além das econômicas? “(...) muito mais que do que o mercado de petróleo ou a política internacional, era

⁶Cálculos apontam que o valor pago pela AIOC ao erário iraniano, em 1948, fora de nove milhões de libras esterlinas, enquanto os lucros da empresa foram na casa de 61 milhões de libras esterlinas, portanto, um valor próximo de 15% dos lucros auferidos. Além dessa queixa havia também a crítica ao favorecimento do governo britânico ao vender a baixos preços o petróleo para sua marinha de guerra (TORBAT, 2020: 94).

como a questão toda iria influenciar a política interna e como seus rivais de direita e da esquerda iriam responder.” (YERGIN, 1994: 474).

O proposto foi feito e fundou-se a estatal com o nome *National Iranian Oil Company* (NIOC).⁷ Utilizando uma simbologia religiosa, em agradecimento à Graça de Deus, carneiros foram sacrificados na porta da empresa que antes de Mossadegh era britânica. O sucesso do primeiro-ministro na política interna do país provocou oposição dos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Depois de muito debate naquelas potências resolveu-se que o Executivo iraniano deveria ser derrubado em benefício do equilíbrio regional. Se assim não fosse, a Grã-Bretanha teria legitimidade para entrar militarmente no Irã, pois se tratava de retomar aquilo que, para Londres, era seu por direito.

Há parecer de estudiosos de que a CIA, dos Estados Unidos, e o MI6, da Grã-Bretanha, tiraram Mossadegh do poder para que sua nacionalização não o jogasse na esfera da União Soviética. Em todo caso, o “velho político” foi derrubado, mas sua decisão a respeito da NIOC foi mantida, bem como o mito de que o progresso do Irã se realizaria obrigatoriamente pela nova estatal. Ela foi mantida não somente pelo agravo que haveria em sua anulação, mas também por causa da falta de entendimento sobre os direitos de concessão no Irã.

A contribuição que favorecera Teerã fora dada, inclusive, pelo Estado norte-americano, um paradoxo em si. Isto porque, embora não endossasse o nacionalismo de Mossadegh, Washington também não desejava a continuação da política de viés colonialista dos britânicos, nem queria que o monopólio da antiga AIOC fosse trocado por conglomerados internacionais, que até poderiam favorecer as petroleiras dos próprios Estados Unidos, mas atentaria contra as medidas antitrustes, a célebre “Lei Sherman”, que havia desmembrado a gigante *Standard Oil Company* no começo do século XX. Uma contradição que faz parte da natureza daquela grande potência (YERGIN, 1994).

Apesar de tudo, a plataforma nacionalista de 1951/52 foi conservada, justamente para que nenhum outro governante tivesse que enfrentar pressão popular e pusesse em risco a monarquia dos Reza Khan. Mais um carneiro foi

⁷Os ativos britânicos da *Anglo-Iranian Oil Company*, no Irã, deram origem a *National Iranian Oil Company*. Já o patrimônio britânico presente na Europa, e outras partes do mundo, como no Kuwait, originou a *British Petroleum* (BP), empresa que perdurou como estatal até 1981, quando fora privatizada pelo governo de Margaret Thatcher.

sacrificado, literalmente, e outro simbolicamente, pela defecção de Mossadegh do poder. Como escreve Aron sobre a “humilhação” franco-britânica na tomada do Suez por Nasser: nem sempre fazer justiça é a melhor coisa para resolver graves problemas da política internacional (ARON, 1986).

Considerações Finais

O que tencionamos apresentar neste ensaio é a premissa de que historicamente o mito tem sido utilizado como instrumento político de mobilização nacional em todo o mundo. Trata-se de um invólucro que o homem de Estado preenche com o teor conveniente para sua ação. O petróleo tem sido o mais empregado em virtude da importância que expressa para a economia internacional e, conseqüentemente, na penetração incontornável na vida doméstica dos Estados, notadamente para os grandes exportadores de óleo.

E quando o petróleo se transforma em mito para a mobilização política? Corremos risco de dar resposta imprecisa para questão tão premente. Em todo caso, isso ocorre quando o político, o homem de Estado, necessita de apoio popular para enfrentar desafios de grande apelo. Problemas geralmente impostos por dificuldades políticas e econômicas que podem ser representadas por atores internacionais, grandes empresas ou governos estrangeiros.

No embate com atores de reconhecida força e influência o governante nacional convoca o mito como impulsor popular, à procura de coesão nacional para encarar questões que julga serem urgentes. Um bloqueio político ou atraso econômico pode ser uma questão urgente em que o político recorre ao mito para debelar. Entre 1937 e 1938 México, Argentina e Bolívia assim o fizeram para afastar o capital estrangeiro, considerado inapropriado para o avanço daqueles Estados. O fato foi repetido nos anos 1950 no Irã, à primeira vista, por causa do peso econômico exercido pela Grã-Bretanha naquele Estado asiático.

Mas ato tão dramático para a política internacional também pode ser encontrado no Brasil, ainda que sem a dimensão alcançada nos grandes exportadores de óleo cru. Afinal, o Brasil dos anos 1950 não passava de importador de energia tanto da Bolívia quanto do Oriente Médio. Porém, o

clima instaurado pela campanha *O Petróleo é Nosso*, pela nacionalização dos serviços petrolíferos brasileiros, que ocasionaria na fundação da Petrobras, em 1953, serve para demonstrar que o Brasil também fora tocado por aquelas manifestações.

América Latina, Oriente Médio ampliado, Europa e América do Norte, de uma forma ou de outra, todo o mundo fora tragado pela politização da energia e da necessidade de compreender os novos vetores da política internacional que, sem dúvida, não deixavam de ser transmitidos pelo uso do petróleo, na sua função de mito para a transformação dos Estados. A questão seria como lidar satisfatoriamente com essa nova arma tão usada no Terceiro Mundo.

Referências

ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*. Brasília, Edunb, 1986.

DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília, Edunb, 1978.

FIKER, Raul. “Do Mito Original ao Mito Ideológico: Alguns Percursos”. In *Trans/Form/Ação*. 7:9-19. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Versão eletrônica consultada encontrada em <http://www.scielo.br/pdf/trans/v7/v7a02.pdf>. Consulta feita em 20.04.2020.

FURTADO, Celso. *Brasil: A Construção Interrompida*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

GHASIMI, Reza. “Irans’ Oil Nationalization and Mossadegh’s Involvement with the World Bank”. In *Middle East Journal*. 65, nº 3. Washington, Middle East Institute, 2011. Versão eletrônica encontrada em <https://www.jstor.org/stable/23012174?seq=1>. Lido em 29.04.2020.

GERSCHENKRON, Alexander. *O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica: E Outros Ensaios*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2015.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

HAGE, José Alexandre Alahyde. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Curitiba, Juruá, 2007.

HÉMERY, Daniel. DEBEIR, Jean-Claude. DELÉAGE, Jean-Paul. *Uma História da Energia*. Brasília, Edunb, 2007.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo, Pioneira, 1983.

MELVIN, A. Conant. GOLD, Fern Racine. *A Geopolítica Energética*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1981.

MIGUEL, Luís Felipe. “Em Torno do Conceito de Mito Político”. In *Dados*. Vol. 14, nº 3. Rio de Janeiro, Luperj, 1997. Versão eletrônica encontrada em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000300005. Consulta feita em 17.04.2020.

PINHEIRO, Leticia. “Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea”. In *Contexto Internacional*. Volº 22, nº 2. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2000.

SALAMATIAN, Ahmed. “Mossadegh, o Homem a ser Abatido”. In *Le Monde Diplomatique*. 01.09.2007, São Paulo. Versão eletrônica encontrada em <https://diplomatique.org.br/mossadegh-o-homem-a-ser-abatido/>. Consulta feita em 23.04.2020.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a Violência*. Petrópolis, Vozes, 1993.

SPYKMAN, Nicholas. “Las Dos Americas”. In RATTENBACH, Augusto (org). *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1976.

TORBAT, Akba. *Politics of Oil and Nuclear Technology in Iran*. Nova York, Macmillan International, 2020.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo: Uma Busca Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro*. São Paulo, Scritta, 1994.

Data de submissão: 2020-04-30.

Data de publicação: 2020-08-30.